



DATA DA REUNIÃO: VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

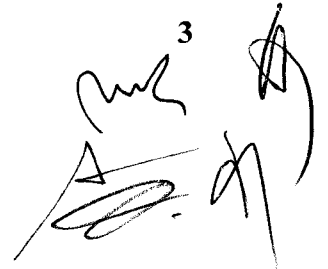
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O presidente da câmara municipal deu conhecimento do seu despacho de quinze do corrente mês de fevereiro, que concedeu tolerância de ponto a todos os trabalhadores da câmara municipal e dos serviços municipalizados de água, eletricidade e saneamento, no dia vinte e um do corrente mês de fevereiro, terça-feira de carnaval.-----

b) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração:-----

Reunião de 29 de Fevereiro de 2012

Período de antes da Ordem do Dia



A Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, veio estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Foram diversas as competências transferidas do Poder Central para os órgãos municipais.

O artigo 19º da referida lei 159/99 plasmou as competências a transferir no âmbito da Educação, que se transcrevem:

Participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

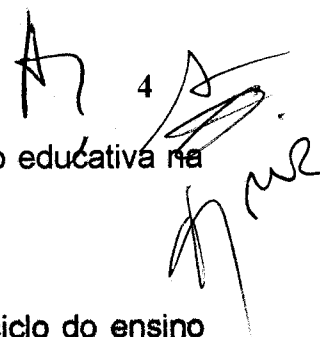
- Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.

É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- Elaborar a carta escolar a integrar nos planos diretores municipais;
- Criar os conselhos locais de educação;

Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública:

- Assegurar os transportes escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;
- Participar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar;

- 
- Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;
 - Participar no apoio à educação extraescolar;
 - Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Entretanto e através do D.L. n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, foram criadas as condições para a criação efetiva e regulamentação dos conselhos municipais de educação. No preâmbulo do referido Decreto-Lei pode ler-se: **"O presente diploma visa suprir essa lacuna, transferindo efetivamente competências relativamente aos conselhos municipais de educação, um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho..."**.

Já quanto aos objetivos plasmados no D.L. 7/2003, pode ler-se que **"O conselho municipal de educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo"**.

São muitas e diversificadas as competências do conselho municipal de educação, que obviamente nos escusamos de enumerar.

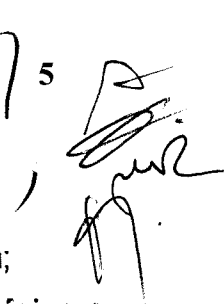
Já em relação à composição, permitimo-nos transcrever o que refere a este propósito o artigo 5º:

1 - Integram o conselho municipal de educação:

- a) O presidente da câmara municipal, que preside;
- b) O presidente da assembleia municipal;
- c) O vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos;
- d) O diretor regional de educação com competências na área do município ou quem este designar em sua substituição.

2 - Integram ainda o conselho municipal de educação os seguintes representantes, desde que as estruturas representadas existam no município:

- a) Um representante das instituições de ensino superior público;
- b) Um representante das instituições de ensino superior privado;

- A7 5 
- c) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;
 - d) Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
 - e) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
 - f) Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;
 - g) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;
 - h) Um representante das associações de estudantes;
 - i) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;
 - j) Um representante dos serviços públicos de saúde;
 - l) Um representante dos serviços da segurança social;
 - m) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
 - n) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
 - o) Um representante das forças de segurança.

3 - De acordo com a especificidade das matérias a discutir no conselho municipal de educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.


Já o artigo 6º refere que a constituição deste órgão é proposto pela câmara e nomeado por deliberação da assembleia municipal.

Apesar de terem passado já vários anos sobre esta promulgação da legislação, Santo Tirso continua sem conselho municipal de educação.

Os vereadores do PSD acham estranho que sete anos depois da publicação da legislação, os edis do PS, nomeadamente a senhora vice-presidente e responsável pela educação, nada tenha dito a este respeito.

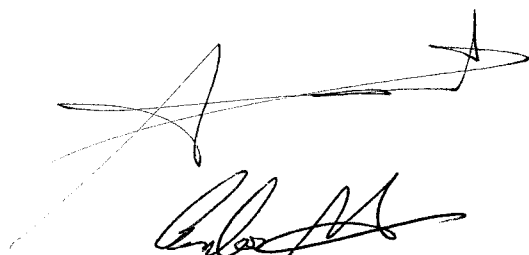
Ora, numa área de grande sensibilidade e de grande importância para o futuro coletivo do nosso país e da nossa região, era exigível que a Câmara Municipal tivesse já procedido à criação daquele órgão e que envolvesse todos os parceiros nas decisões estratégicas sobre a educação.

Ao contrário, a Câmara preferiu tratar os assuntos referentes à educação, num ambiente de secretismo, afastando os parceiros e a comunidade educativa, daquelas que eram as grandes decisões.

Esta postura revela a desconfiança de V/ Exas. em relação à comunidade educativa é aos parceiros, mas também evidencia o défice democrático no tratamento de temas relevantes e estruturantes do nosso concelho. 

V/ Exas. continuam a sofrer de um grave problema de autismo, não ouvem as oposições, não ouvem os cidadãos, não ouvem os agentes económicos, não ouvem as forças vivas, limitam-se a ouvir-se a si próprios, com graves custos para Santo Tirso e para as suas populações.

Santo Tirso, 29 de Fevereiro de 2012



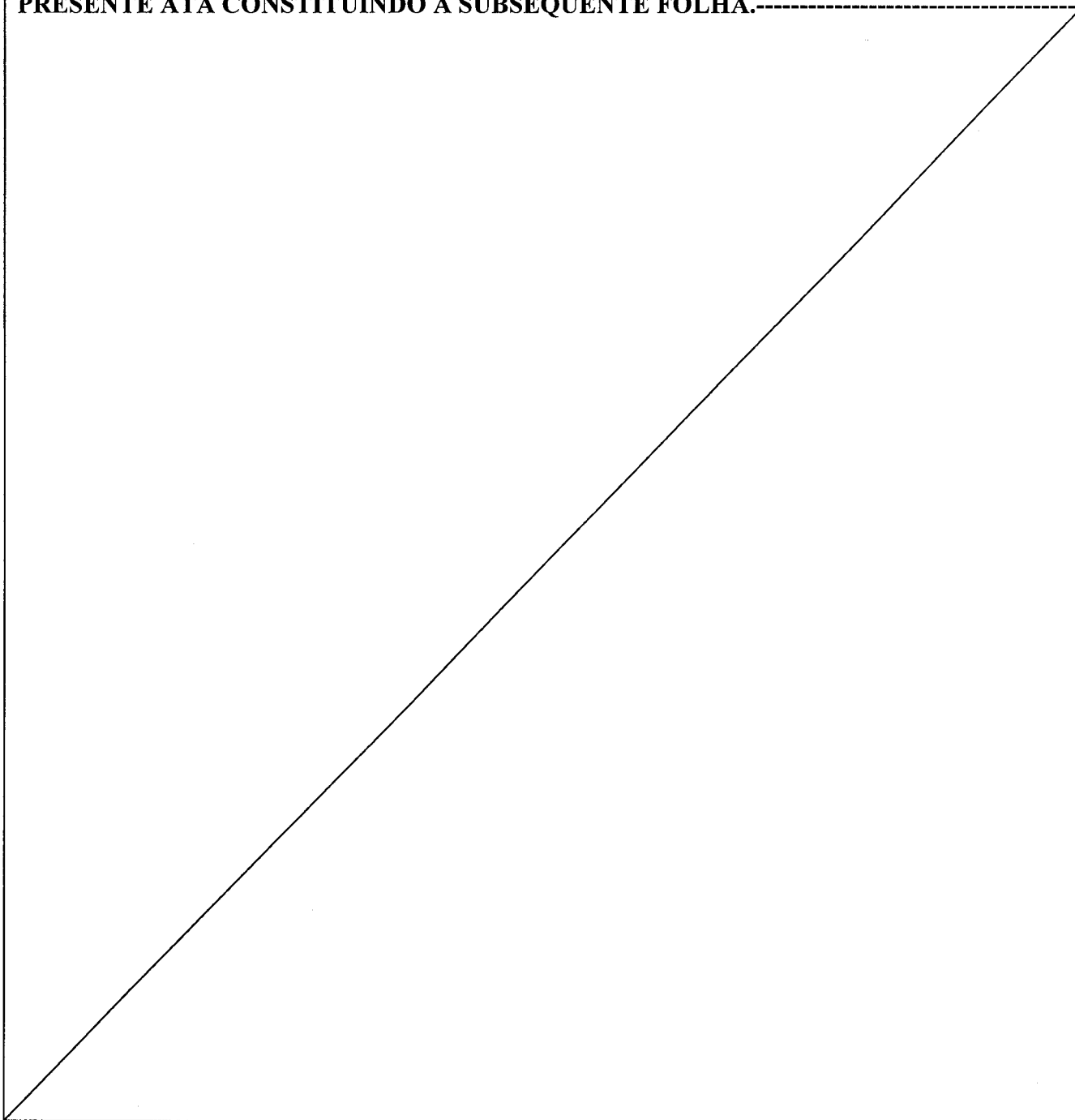
Crustede Sofia Cruz de Oliveira



A7

Handwritten signature or mark.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/FEVEREIRO/2012 – ATA Nº 5

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 15/02/2012
 - 2 – Celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube Tirsense: Ratificação de despacho do presidente da câmara
 - 3 – Cedência ao domínio público do município de uma parcela de terreno com a área de 77,42 m², sita no lugar de Agrad, S. Miguel do Couto: Aceitação
 - 4 – Plano Diretor Municipal: 3ª Alteração por adaptação e 3ª correção material
 - 5 – Outros subsídios
- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 24 de fevereiro de 2012

O Presidente,



A

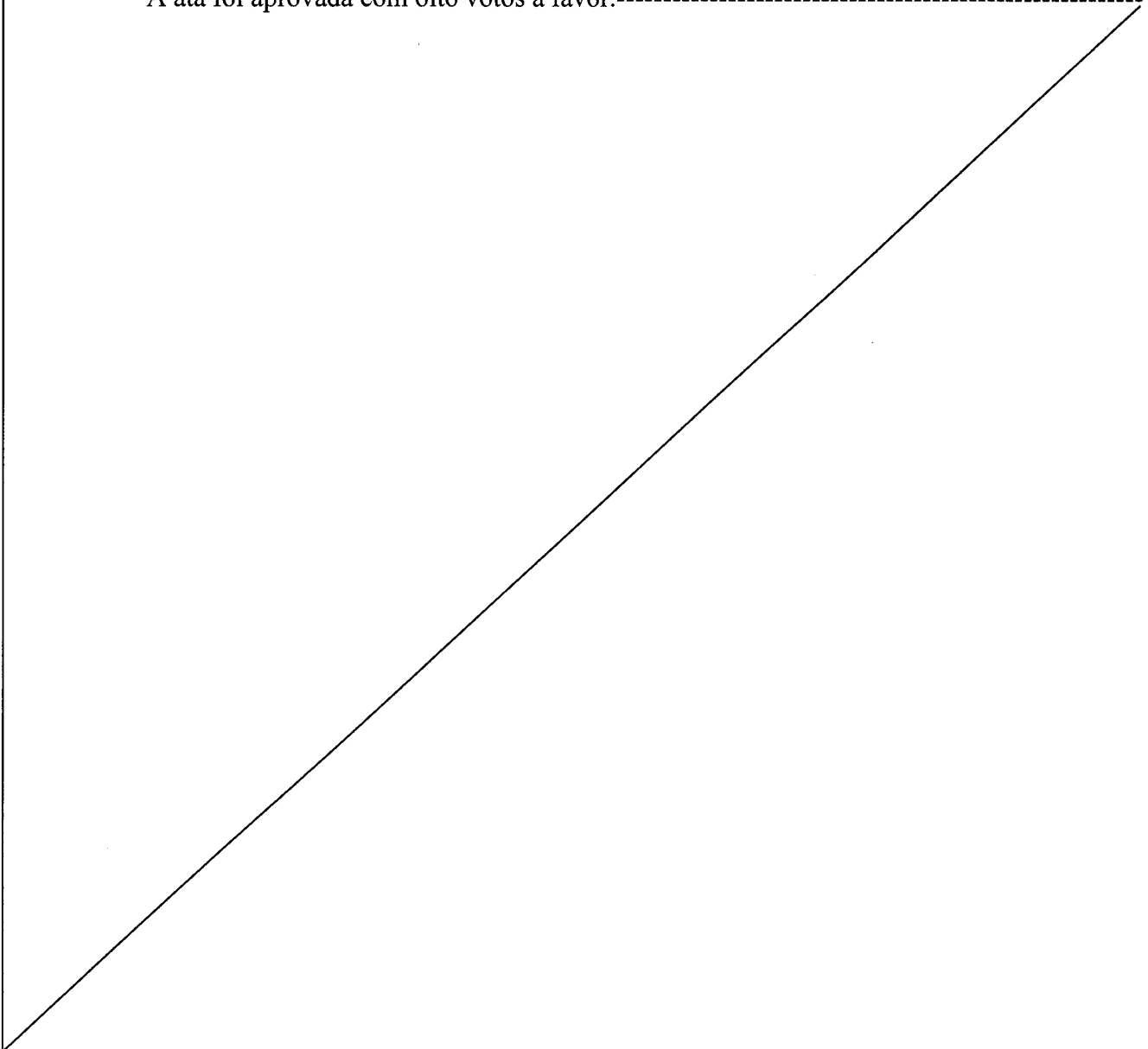
M

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (15/02/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia quinze do corrente mês de fevereiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----





A
M

2. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE TIRSENSE/2012: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente ofício de dezassete do corrente mês de fevereiro, do Futebol Clube Tirsense, registado com o número mil novecentos e quarenta e um, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando que o Futebol Clube Tirsense tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social I.P. em treze do corrente mês de fevereiro; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso na mesma data;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Submeto à ratificação da câmara municipal o meu despacho de vinte do corrente mês de fevereiro, que decidiu atribuir uma comparticipação financeira no montante de 190.000,00 € (cento e noventa mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo junto ao referido despacho, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes sete folhas.-----

O montante global da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pelas rubricas orçamentais 080701 e 040701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 661/2012, de dezassete do corrente mês de fevereiro.-----

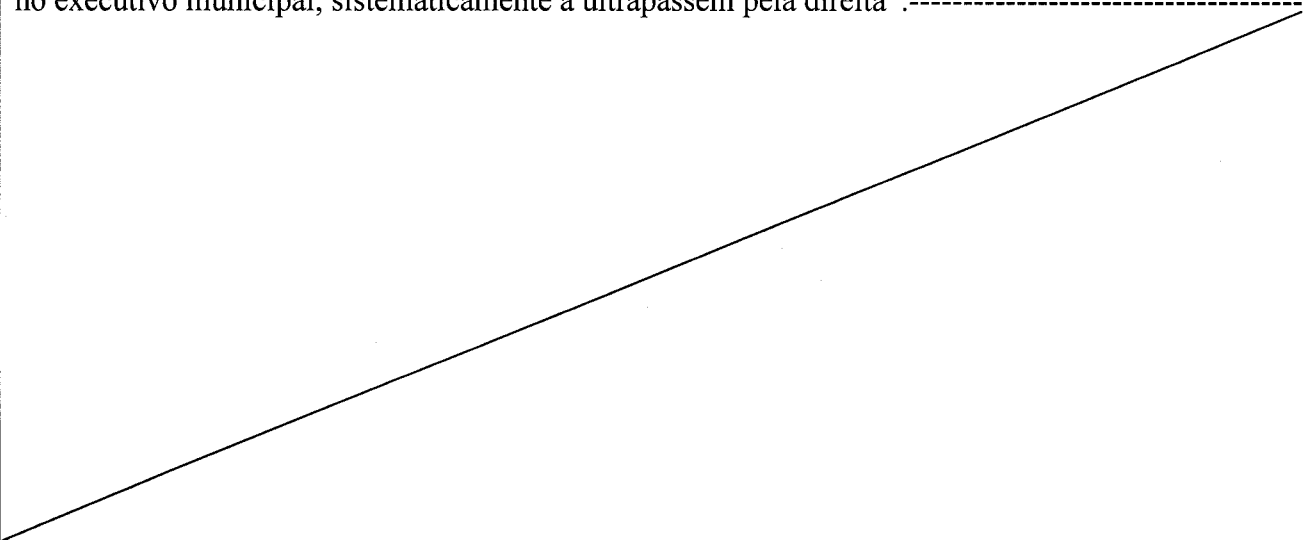
A câmara deliberou, com cinco votos a favor, ratificar o aludido despacho do presidente da câmara.-----



Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

No período da discussão deste ponto, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“O Jornal de Santo Thyrsó, na sua edição de vinte e quatro de fevereiro, tem um anúncio da câmara municipal a publicitar que tinha sido aprovado e celebrado entre o município de Santo Tirso e o Futebol Clube Tirsense, no dia vinte de fevereiro, o Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo. Apesar da respetiva proposta ter dado entrada nos serviços da câmara no dia dezassete de fevereiro, supostamente pelo Futebol Clube Tirsense. Apesar de não retirarmos ao senhor presidente da câmara a prerrogativa que a lei lhe concede de despachar assuntos que pela sua natureza se afigurem com carácter de urgência, os vereadores do Partido Social Democrata consideram que a divulgação, sob a forma de publicidade, de uma decisão que carece de ratificação pelo executivo municipal configura um grave desrespeito para com o órgão e consubstancia a certeza e a garantia que os vereadores que integram o órgão municipal teriam previamente garantido o seu voto favorável. É óbvio que o senhor presidente da câmara poderá ter essa garantia relativamente aos vereadores do Partido Socialista, mas não a terá seguramente relativamente aos vereadores do Partido Social Democrata. Por último, lamentamos que aqueles que defendem a existência de uma oposição no executivo municipal, sistematicamente a ultrapassem pela direita”.-----



DESPACHO

12

Despacho de aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o Município de Santo Tirso e o Futebol Clube Tirsense - 2012

Pelo requerimento apresentado, nesta data, pelo Futebol Clube Tirsense, pessoa coletiva nº 501 169 164, com sede na Rua Prof. Dr. Arnaldo Coelho, nº 531, r/c Dto., freguesia de Santo Tirso, registado com o nº 1941/2012, vem o referido clube propor, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Município de Santo Tirso, para o ano de 2012, tendo por objeto a comparticipação do mesmo na concretização dos projetos de reparação ou melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos bem como dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação, a desenvolver pelo Futebol Clube Tirsense, que a seguir se enuncia:

1 - Projetos de reparação ou melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos:

- Reparação do muro e da vedação a poente do estádio;
- Manutenção do telhado da sede e da cobertura da bancada;
- Melhoramento das condições dos acessos das bancadas e balneário;
- Pinturas interiores e exteriores (balneários e bancadas);
- Manutenção dos sistemas de água e elétrico;
- Manutenção do relvado (mão-de-obra e produtos);

2- Planos de ação ou iniciativas destinadas a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação

- Funcionamento das escolas de futebol para benjamins, infantis, iniciados, juvenis e juniores;
- Realização dos Campeonatos de escolas, benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

De acordo com o Plano de atividades e orçamento anexo ao referido requerimento, o custo da concretização do respetivo programa de desenvolvimento desportivo ascende os 307.500,00€ (Trezentos e sete mil e quinhentos euros).

Solicita, ainda, o requerente, urgência na celebração deste contrato-programa por forma a fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, como é o caso da reparação do muro e vedação a poente do Estádio Abel Alves de Figueiredo, dado que parte desse muro e vedação já ruíram para a Rua Sacadura Cabral.

Esta situação, para além de pôr em causa os utilizadores do Estádio Abel Alves de Figueiredo (jogadores, designadamente crianças, treinadores, público em geral) põe também em causa a segurança rodoviária da rua Sacadura Cabral.

A aprovação do proposto contrato-programa de desenvolvimento desportivo é da competência do executivo camarário, no entanto a próxima reunião ordinária da câmara municipal é apenas no dia 29 de fevereiro de 2012.

Dado o período de carnaval, não se afigura possível convocar, antes daquela data, uma reunião extraordinária de câmara, para, em tempo útil, se decidir sobre a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, ao que acresce o facto de que as reuniões extraordinárias acarretam despesas extra para o Município.

Encontram-se reunidos os pressupostos legais previstos no artigo 25º do referido decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, determinantes para a celebração do referido contrato-programa, conforme se atesta pelos seguintes documentos:

- Declaração confirmativa da situação regularizada perante a Segurança Social, emitida em 13 de fevereiro de 2012 pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante o Estado, emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em 13 de fevereiro de 2012.

Os encargos a assumir pelo município inerentes ao aludido contrato, no montante total de 190.000,00€ (Cento e noventa mil euros), encontram-se suportados pela proposta de cabimento nº 661/2012 com as classificações económicas 040701 e 080701 do orçamento da câmara municipal, nas quais tem suficiente dotação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14

Dispõe o nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, que sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando tais atos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, decido:

- a) Aprovar, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, o contrato-programa de desenvolvimento desportivo cuja cópia se anexa ao presente despacho e que dele fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais;
- b) Determino que se proceda à publicitação do referido contrato nos termos do disposto nos artigos 14º e 27º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro e 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, sem a qual não é legalmente possível proceder ao pagamento da comparticipação a que se refere o presente contrato-programa;
- c) Remeter o presente despacho à próxima reunião de câmara para ratificação.
- d) Remeter cópia à Divisão de Gestão financeira.

Santo Tirso, 20 de fevereiro de 2012

O Presidente

Castro Fernandes

CONTRATO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO COM FUTEBOL CLUBE TIRSENSE - 2012

Outorgantes:

Primeiro: Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, portador do cartão de cidadão n.º 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº55, desta cidade, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, adiante designado por Município.


Segundo: Ricardo António Ferreira da Silva Camizão Rossi, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 11689836, natural da freguesia de Santo Tirso, residente na Rua do Orgal, n.º 59, 2.º Esq.º, em Santo Tirso e Domingos Torres Vilaça Martins, casado, portador do cartão de cidadão nº 09147408 6ZZ9, válido até 15/01/2014, natural da freguesia de Santo Tirso, residente na Rua Prof. Sampaio Carvalho, n.º 44, 5.º, em Santo Tirso, os quais outorgam na qualidade de membros da Comissão Administrativa do Futebol Clube Tirsense, instituição de utilidade pública, com sede na Rua D. Maria do Carmo Azevedo, em Santo Tirso, pessoa colectiva nº 501 169 164, adiante designado por FCT.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos Municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a actividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, disposta nos artigos 21º da Lei nº159/99, de 14 de setembro, e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como factor de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

15v-0
A

Considerando que se impõe aos Municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando que o Futebol Clube Tirsense é uma instituição de utilidade pública que tem vindo a cooperar com o Município no desenvolvimento da sua política de desenvolvimento desportivo, designadamente na criação de escolas de futebol para infantis, iniciados, juvenis e juniores, num total de cerca de 200;

Considerando que, para além de cooperar com o Município no desenvolvimento da sua política de desenvolvimento desportivo na vertente da promoção da prática desportiva e tempos livres, o Futebol Clube Tirsense tem desenvolvido, com grande empenho, a formação de jovens no sentido de vir a integrá-los na equipa sénior;

Considerando o reconhecimento do interesse público concelhio associado ao desporto enquanto actividade profissional;

Considerando ainda que o referido clube se propõe colocar à disposição da Câmara Municipal e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas, quer para a realização de treinos e jogos no âmbito do Campeonato Concelhio de Futebol Amador quer para a realização de outros eventos de âmbito desportivo, recreativo e cultural;

Entre o Município de Santo Tirso e o Futebol Clube Tirsense:

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se regerá pelo disposto no DL n.º 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto do contrato – Programa)

O presente Contrato-Programa tem por objeto a caracterização e o regime de participação, pelo Município, dos projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos bem como dos planos de ação

[Handwritten signature]



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16

ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação, a desenvolver pelo FCT, que a seguir se enuncia:

1 - Projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas e equipamentos desportivos:

- Reparação do muro e da vedação a poente do estádio;
- Manutenção do telhado da sede e da cobertura da bancada;
- Melhoramento das condições dos acessos das bancadas e balneário;
- Pinturas interiores e exteriores (balneários e bancadas);
- Manutenção dos sistemas de água e elétrico;
- Manutenção do relvado (mão-de-obra e produtos);

Outros

- Aquisição de equipamento diverso.

2 - Planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática no domínio da formação:

- Funcionamento das escolas de futebol para benjamins, infantis, iniciados, juvenis e juniores;
- Realização dos Campeonatos de escolas, benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Júniores.

Cláusula Segunda

(Custo do Programa)

Para a prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, com um custo que ascende os 307.500,00€ (Trezentos e sete mil e quinhentos euros), o Município compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, no montante anual de 190.000,00€ (Cento e noventa mil euros).

Cláusula Terceira

(Pagamento da comparticipação)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16v^o
M

1- O pagamento da comparticipação do Município a que se refere a Cláusula anterior, só será efetuado depois da publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

2- O pagamento referido na cláusula anterior será efetuado da seguinte forma:

- a) 170.000,00€ (Cento e setenta mil euros) a pagar após a publicitação prevista no número anterior;
- b) 20.000,00€ (Vinte mil euros) a pagar até ao final do período de vigência do presente contrato.

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato)

- 1- O acompanhamento e controlo técnico dos trabalhos enunciados no ponto 1 da Cláusula Primeira serão efetuados pelo Município.
- 2- Além do referido acompanhamento dos trabalhos, o Município compromete-se a fornecer apoio técnico supletivo, quando solicitado, em qualquer fase do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato.
- 3- O FCT obriga-se a apresentar ao Município todos os documentos e informações relativas à execução dos trabalhos e aquisição dos equipamentos desportivos objeto deste contrato, para efeitos de fiscalização.

Cláusula Quinta

(Obrigações do FCT)

- 1- Sempre que solicitado, o FCT compromete-se a assegurar as condições de utilização do campo de futebol para as iniciativas camarárias no âmbito do desporto associativo bem como outro tipo de realizações de âmbito desportivo, recreativo e cultural.
- 2- O FCT compromete-se também, sempre que lhe seja atempadamente solicitado e sem prejuízo das suas atividades desportivas de caráter profissional, a disponibilizar os seus treinadores, preparadores físicos e outros recursos humanos na organização de atividades de iniciação e divulgação do desporto.

[Handwritten signature]



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17

3- Assim que concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato, o FCT compromete-se a enviar ao Município um relatório final sobre a execução do presente contrato.

Cláusula Sexta

(Revisão e Cessação do contrato)

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do Decreto – Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

(Incumprimento do contrato)

1- O incumprimento do presente contrato por parte do FCT, confere à Câmara Municipal de Santo Tirso o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, confere ao Município apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Oitava

(Período de vigência do contrato)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2012, no que se refere às atividades objecto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de dezembro de 2012.

Cláusula Nona

(Resolução de litígios)

1- Os litígios emergentes da execução do presente Contrato Programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

17V-0
A

Cláusula Décima

(Regime aplicável)

Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste contrato, aplica-se o disposto na Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

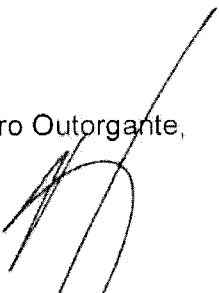
O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi aprovado por despacho do presidente da câmara municipal de 20 de fevereiro de 2012, ratificado por deliberação da câmara municipal de _____ de 2012 (item _____) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Os encargos assumidos pelo município inerentes ao presente contrato serão suportados pela proposta de cabimento n.º 661 de 17 de fevereiro de 2012 com a classificação económica 080701 e 040701 do Orçamento da Câmara Municipal, nas quais tem suficiente dotação.

O FCT tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P. no dia 13 de fevereiro de 2012 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso na mesma data.

Santo Tirso, 20 de fevereiro de 2012.

O Primeiro Outorgante,



Os Segundos Outorgantes,

Nicolas Antonio Ferreira de Silva Camizos Rossi
[Signature]

**FUTEBOL CLUBE TIRSENSE**

FUNDADO EM 5 - JAN - 1938

**ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
DESPESAS- 2012**

1. Inscrições federativas dos escalões de benjamins A e B; infantis; iniciados; juvenis e juniores,

€ 8.500,00

2. Obras no Estádio Abel Alves de Figueiredo:

- Pinturas interiores e exteriores, (balneários e bancadas).
- Melhoramentos das condições dos acessos, bancadas e balneários.
- Manutenção dos sistemas de água e eléctrico.
- Manutenção do telhado da sede e da cobertura da Bancada.
- Manutenção do relvado, (mão-de-obra e produtos).
- Reparação do muro e vedação sites a poente do Estádio.

€ 150.000,00

3. Deslocações; manutenção e amortização do preço de viaturas.

€ 45.000,00

4. Aquisição de equipamento diverso e pagamento pela utilização de infra-estruturas desportivas para treinos e jogos.

€ 9.000,00

5. Vencimentos de treinadores, preparadores físicos, motoristas e pessoal administrativo.

€ 95.000,00

TOTAL € 307.500,00

Santo Tirso, 17 de Fevereiro de 2012



Futebol Clube Tirsense
Estádio Abel Alves de Figueiredo
Apartado 50 - 4780 Santo Tirso
Contribuinte nº 501 681



A
H

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata abstiveram-se no ponto dois da ordem do dia, onde estava em causa a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube Tirsense, pelas seguintes ordens de razão:-----

O Partido Social Democrata é a favor da celebração dos contratos-programa com todas as entidades que prosseguem fins desportivos. Na reunião de câmara de setembro de dois mil e onze, e no âmbito da proposta de austeridade e contenção, o Partido Social Democrata propunha uma redução de 10% nos contratos-programa com os Clube Desportivo das Aves e com o Tirsense. O contrato hoje aprovado não teve em conta essa proposta, que se traduzia num esforço e numa partilha de sacrifícios que todos temos que fazer.-----

Os vereadores do Partido Social Democrata têm plena consciência dos fins (meritórios) que estas entidades prosseguem. Mas não poderiam deixar de ser coerentes com aquilo que defenderam há alguns meses atrás”.-----

Seguidamente, pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente este contrato-programa com o Futebol Clube Tirsense tal como o fizemos com o Ginásio Clube de Santo Tirso, com a Associação de Moradores de Ringe e com o Clube Desportivo das Aves. Fizemo-lo sem tibiezas, sem estigmatismos e mantendo uniformidade nos critérios. Dada a situação atual propusemos uma redução de verbas de 5% para todos por igual. Em anterior reunião os senhores vereadores do Partido Social Democrata decidiram abster-se no que ao Contrato-Programa do Clube Desportivo das Aves diz respeito. Nesta reunião abstiveram-se também em relação ao Futebol Clube Tirsense. Entretanto votaram favoravelmente os Contratos da Associação de Moradores de Ringe e do Ginásio Clube de Santo Tirso. Fica claro que não houve, da parte dos senhores vereadores do Partido Social Democrata, a adoção de critérios



similares dado que para uns aceitaram a redução de 5% enquanto para outros exigiram a redução de 10 % (Futebol Clube Tirsense e Clube Desportivo das Aves) e por isso mesmo não votaram favoravelmente estes últimos.-----

Por último e dado que vossas excelências desconhecem as leis autárquicas vimos esclarecê-los que:-----

1- O despacho do Presidente de vinte de fevereiro de dois mil e doze foi executado ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.-----

2- A publicitação do referido contrato foi feita nos termos do disposto nos artigos 14º e 27º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e artigo 91º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.---

Estão pois cumpridos todos os preceitos legais pelo que se consideram perfeitamente despiciendas e infundadas todas as considerações feitas pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata que revelam um perfeito desconhecimento da Lei”.-----



3. CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 77,42 M², SITA NO LUGAR DE AGRAS, S. MIGUEL DO COUTO: ACEITAÇÃO.-----

Presente o processo de obras particulares registado com o número 336/11-LEDI, no qual é requerente Adriano Ferreira da Silva, relativo a um pedido de licenciamento de obras de edificação (habitação bifamiliar), com destaque de parcela no lugar de Agras, freguesia de S. Miguel do Couto.

O requerente propõe-se ceder ao domínio público do município uma parcela de terreno com a área de 77,42 m² (setenta e sete vírgula quarenta e dois metros quadrados) para permitir a ligação do prédio do qual é a desanexar à rua de Santo António.-----

Ouvida a junta de freguesia de S. Miguel do Couto esta pronunciou-se favoravelmente.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aceitar a cedência gratuita ao domínio público do município da parcela de terreno a seguir descrita, melhor identificada na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, nas seguintes condições:-----

- A cedência deverá ser formalizada por escritura pública ou documento autêntico, nos termos legalmente previstos, sendo da responsabilidade dos cedentes todas as despesas com a celebração do respetivo contrato de cedência, incluindo a obtenção das certidões que se mostrem necessárias à sua instrução;-----

- Constitui obrigação dos cedentes executar todas as infraestruturas necessárias, de acordo com o existente na rua de Santo António, incluindo a sua pavimentação, cujas obras deverão estar concluídas até à emissão das autorizações de utilização das edificações a que respeita o processo de obras particulares acima referido, sendo a sua receção pela câmara municipal condição da emissão dos respetivos alvarás.-----

Parcela de terreno

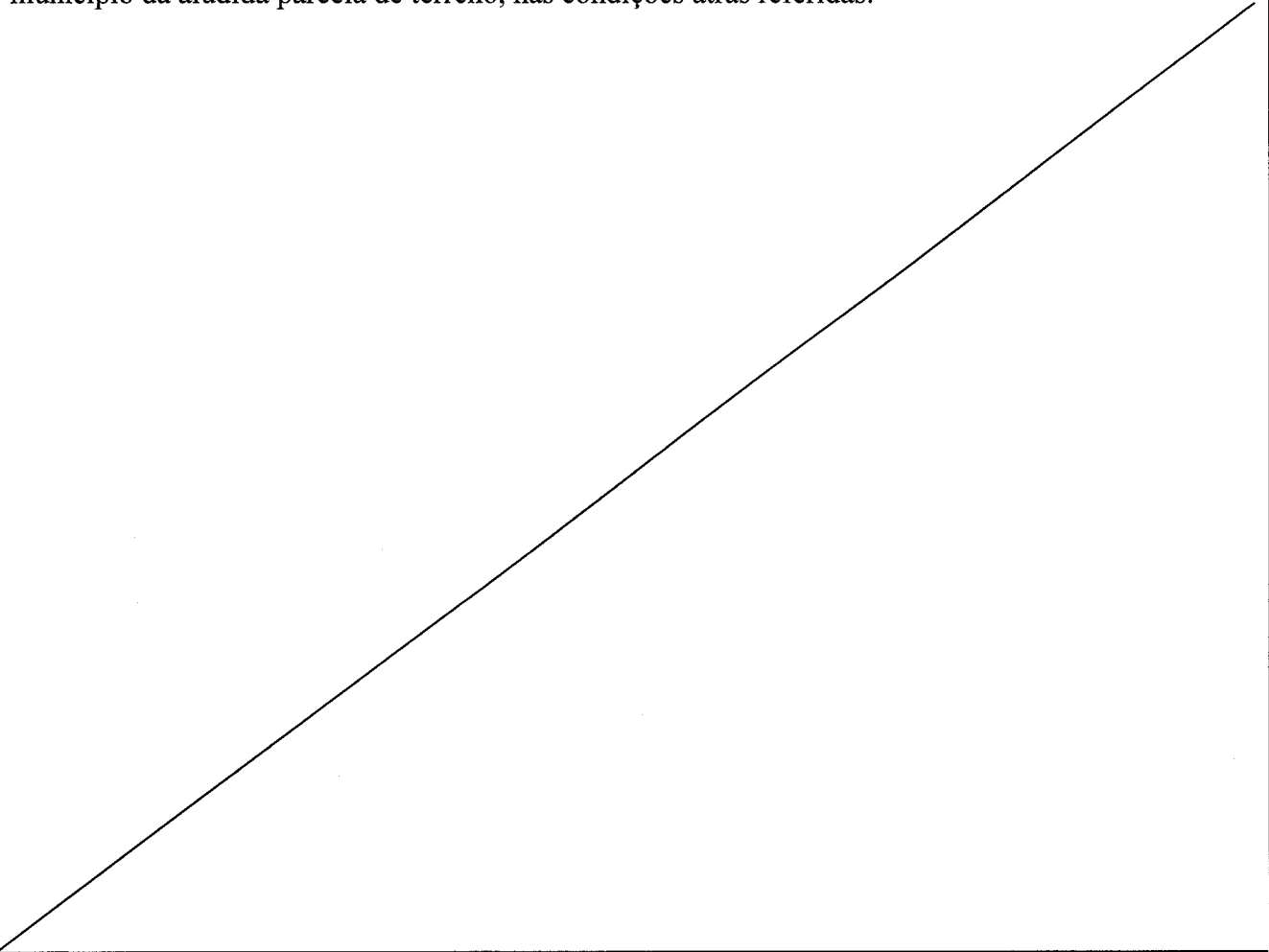
Parcela de terreno com a área de 77,42 m² (setenta e sete vírgula quarenta e dois metros



A
h

quadrados), sita no lugar de Agras, freguesia de S. Miguel do Couto, que é a desanexar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 346 (trezentos e quarenta e seis) e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 474 (quatrocentos e setenta e quatro), a confrontar de norte com Rua de Santo António, de sul com Adriano Ferreira da Silva e Manuel Ferreira da Silva, do nascente com Gabriel Cardoso Fânzeres e Adriano Ferreira da Silva e do poente com Maria Isabel Fonseca Castro, que é propriedade de Adriano Ferreira da Silva e mulher Ana Maria de Almeida Machado, casados em regime de comunhão de adquiridos, parcela essa à qual é atribuído o valor de 1.354,85 € (mil trezentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos).-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aceitar a cedência ao domínio público do município da aludida parcela de terreno, nas condições atrás referidas.-----





4. PLANO DIRETOR MUNICIPAL: 3ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO E 3ª CORREÇÃO MATERIAL.-----

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de vinte do corrente mês de fevereiro, registada no Sistema de Gestão Documental com o número dois mil cento e cinco, da qual, para maior facilidade de identificação do assunto em causa, se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer integrante, para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, constituindo as subsequentes três folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na aludida informação técnica, e ao abrigo do disposto nos números 1, alínea a) e 2 do artigo 97º e alíneas b) e c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 97º-A, ambos do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro, deliberasse:-----

A) Propor à assembleia municipal a aprovação das alterações efetuadas ao Plano Diretor Municipal, por adaptação do referido instrumento de gestão territorial à entrada em vigor do Decreto-Lei 80/2010, de 25 de junho, que revoga o Decreto-Lei 37 575, de oito de outubro, abolindo assim a obrigatoriedade de identificar na Planta de Condicionantes os equipamentos escolares; e previsão na Planta de Condicionantes – Riscos das áreas percorridas por incêndio no ano de dois mil e onze, aprovadas pela Autoridade Florestal Nacional.-----

B)

1. Declarar que as cartas 1.1, 1.2 e 1.3 da Planta de Ordenamento e 2.1 a), 2.2 a), 2.3 a), 2.4 a) e 2.5 a) da Planta de Condicionantes – Riscos contêm os erros materiais referidos nas alíneas a), b), c) e d) do número 2.1 da aludida informação técnica, cuja correção é efetuada pela presente deliberação da câmara municipal.-----

2. Com a fundamentação constante do ponto 2.2 da mesma informação, declarar que se retifica a redação do n.º 1 do artigo 35º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, que fica com a seguinte redação:-----

“As edificações existentes na Espaço Agrícola podem ser alteradas ou ampliadas desde



que sejam respeitados os limites definidos no artigo anterior, com exceção do que se refere à área mínima da parcela”.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do referido artigo 97º-A, a presente deliberação da câmara municipal, no que se refere à alínea B), será comunicada à assembleia municipal.-----

As peças desenhadas do Plano Diretor Municipal, objeto de atualizações e correções materiais presentes nesta reunião, que se anexam à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os anexos II a XIV da mesma, dizem respeito aos seguintes elementos:-----

- Carta 1.1 da Planta de Ordenamento (anexo II);-----
- Carta 1.2 da Planta de Ordenamento (anexo III);-----
- Carta 1.3 da Planta de Ordenamento (anexo IV);-----
- Carta 2.1 da Planta de Condicionantes (anexo V);-----
- Carta 2.2 da Planta de Condicionantes (anexo VI);-----
- Carta 2.3 da Planta de Condicionantes (anexo VII);-----
- Carta 2.4 da Planta de Condicionantes (anexo VIII);-----
- Carta 2.5 da Planta de Condicionantes (anexo IX);-----
- Carta 2.1a da Planta de Condicionantes – Riscos (anexo X);-----
- Carta 2.2a da Planta de Condicionantes – Riscos (anexo XI);-----
- Carta 2.3a da Planta de Condicionantes – Riscos (anexo XII);-----
- Carta 2.4a da Planta de Condicionantes – Riscos (anexo XIII);-----
- Carta 2.5a da Planta de Condicionantes – Riscos (anexo XIV).-----

A câmara municipal deliberou, com cinco votos a favor, aprovar as propostas que antecedem.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata desde sempre se abstiveram em todas as



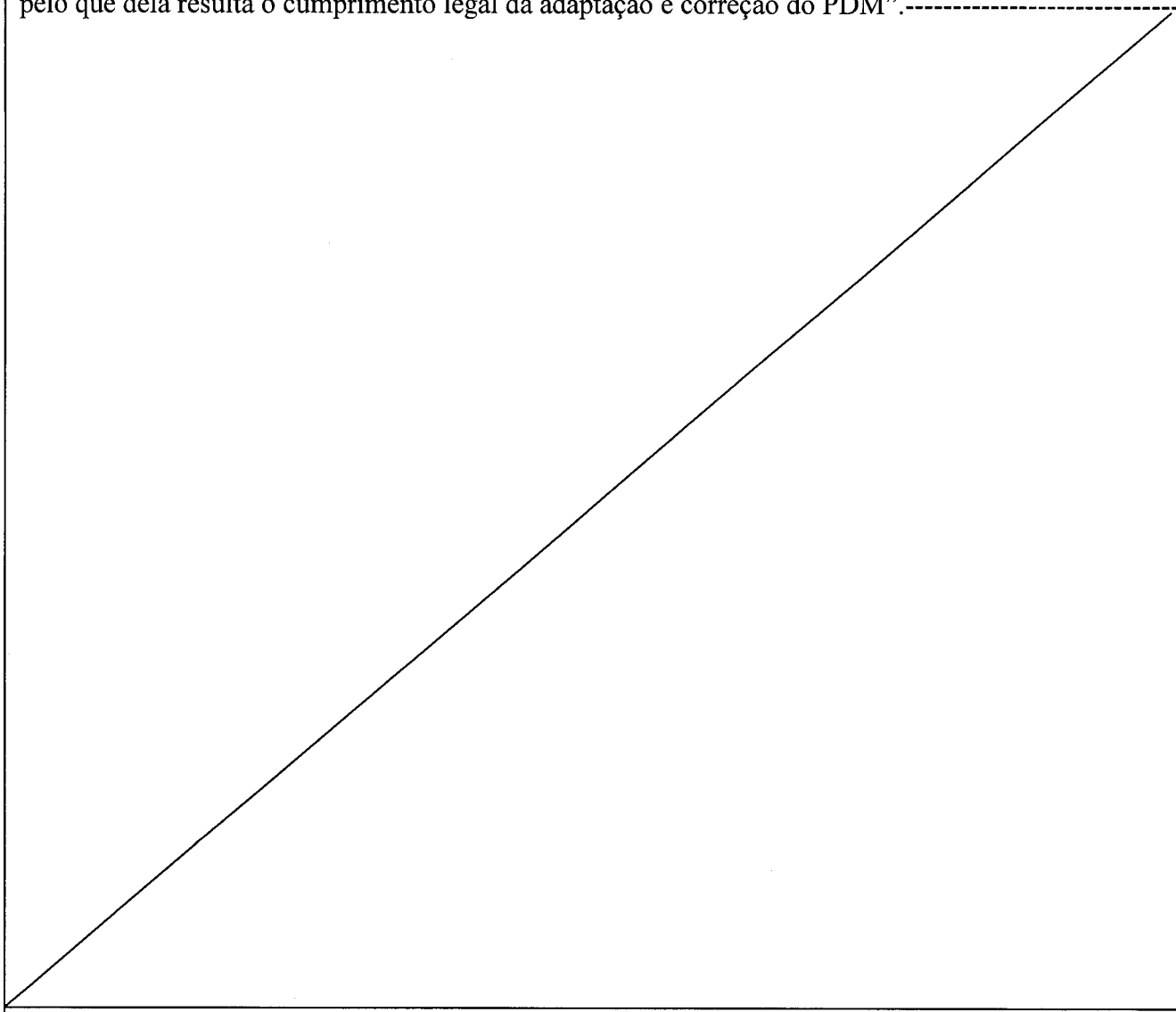
A
H

questões relacionadas com o P.D.M. por uma questão de coerência, e também pelas dúvidas que na primeira reunião foram suscitadas e não esclarecidas”.-----

Seguidamente pelo senhor presidente e restantes edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente tal como o fizemos em situações idênticas.-----

As alterações por adaptação à legislação e as correções materiais do PDM são perfeitamente legais. A proposta aprovada está fundamentada pelas informações técnicas, em anexo, pelo que dela resulta o cumprimento legal da adaptação e correção do PDM”.-----




SANTO TIRSO
 CÂMARA MUNICIPAL
 Praça 25 de Abril
 4780-373 SANTO TIRSO
 Tel. +351 252 830 400
 Fax +351 252 856 534
 gap@cm-stirso.pt
 www.cm-stirso.pt

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E HABITAÇÃO
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Referência externa

Registo N.º

Data de Entrada

Origem

Assunto

3ª Alteração por adaptação e 3ª Correção material ao PDM

DESPACHO

12, 2, 24

O Presidente

Castro Fernandes

Reunião

C.M. St. Tirso

Nº 2105 Data: 2012/02/24

Informação Superior

24, 02, 2012

O Diretor de
Departamento

José António Lopes, Arqto

Concordo.

Para aprovação superior e envio a reunião da Câmara Municipal.

(pública) fernando

Informação Superior

2012/02/20

A Chefe de Divisão

Lúcia Rodrigues, Arqta

Concordo com a informação técnica prestada.

INFORMAÇÃO

1. A atualização das novas restrições e servidões de utilidade pública é obrigatória e deve seguir o procedimento de **alteração por adaptação** previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 97º do DL 380/99.

A alteração por adaptação deve ser aprovada pela Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara Municipal, conforme definido no n.º 1 do artigo 79º por remissão do n.º 3 do artigo 97º do DL 380/99. A deliberação da Assembleia Municipal deve ser objeto de publicação no Diário da República, publicitação nos meios de comunicação social e depósito na DGOTDU. Verifica-se que entraram em vigor leis que estabelecem restrições e servidões de utilidade pública, nomeadamente:

- a) O DL nº80/2010 revoga o DL 37575, retirando a obrigatoriedade de identificar na Planta de Condicionantes os equipamentos escolares, as alterações incidem nas cartas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 da Planta de Condicionantes (enquadra-se na alínea a) do ponto 1 do artigo 97º do DL 380/99);
- b) Áreas percorridas por incêndio no ano 2011, estas alterações incidem nas cartas 2.1a), 2.2a), 2.3a), 2.4a) e 2.5a) da Planta de Condicionantes – riscos (enquadra-se na alínea a) do ponto 1 do artigo 97º do DL 380/99).

2. Por outro lado foram detetados erros no PDM publicado na 2ª série do Diário da República de 06 de Julho de 2011, Aviso nº13810/2011, que deverão seguir o procedimento de **correção material**, como previsto no artigo 97º-A do DL 380/99.

A correção material deve ser efetuada por Declaração da Câmara Municipal, em reunião pública, e comunicada à Assembleia Municipal e à CCDRN, conforme definido no n.º 2 do artigo 97º-A do DL 380/99. A Declaração deve ser publicada na 2ª Série do Diário da República e remetida para depósito na DGOTDU.

Propõe-se a correção material dos seguintes erros:

2.1 Erros detetados nas cartas do PDM:

- a) Na carta 1.1 da Planta de Ordenamento, constata-se a existência de erro na delimitação da UOPG 2 – Plano de Pormenor da Quinta de Geão. Esta correção enquadra-se na alínea b) do ponto 1 do artigo 97º-A do DL 380/99;
- b) Na carta 1.3 da Planta de Ordenamento, constata-se sobreposição de tramas referentes a solo urbano e solo rural, a alteração da classe de solo foi aceite no relatório de ponderação da discussão pública, no entanto não foi devidamente corrigida na respetiva planta. Esta correção enquadra-se na alínea b) do ponto 1 do artigo 97º-A do DL 380/99;
- c) Nas cartas 1.2 da Planta de Ordenamento é necessário proceder à correção da classificação da rede viária, uma vez que a planta de Ordenamento, a Carta da rede viária e o relatório apresentam discrepâncias. Assim, na Planta de Ordenamento a classificação atribuída à VIM, à ligação da VIM à estação de Lordelo deverá passar de Rede Coletora para Distribuidora Principal. Esta correção enquadra-se na alínea c) do ponto 1 do artigo 97º-A do DL 380/99;
- d) Nas cartas 2.1a), 2.2a), 2.3a), 2.4a) e 2.5a) da Planta de Condicionantes - Riscos, por lapso, não foram retiradas as Áreas percorridas por incêndio no ano 2010 localizadas em terrenos classificados como solo urbano no PDM em vigor, e que, de acordo com a legislação aplicável, não importam para a verificação dos condicionalismos urbanísticos. Esta correção enquadra-se na alínea b) do ponto 1 do artigo 97º-A do DL 380/99.

2.2 Correção do artigo 35º do regulamento do PDM:

O nº 1 do artigo 35º do regulamento do PDM refere-se à alteração ou ampliação de edificação existente localizada em Espaço Agrícola e dispõe que essas operações urbanísticas devem respeitar os limites definidos no artigo 34º do mesmo regulamento. Esta remissão para o cumprimento dos limites estabelecidos no artigo 34º, não deve abranger o limite mínimo da parcela de 5000m2, referido na alínea b), dado que:

- a) A área do terreno onde está implantado o edifício existente foi uma situação estabelecida anteriormente à data de entrada em vigor do regulamento;
- b) Se esse limite fosse aplicável à alteração ou ampliação de edificação existente iria impedir a melhoria de condições de habitabilidade e a resolução de situações de enquadramento urbanístico deficientes, como tantas vezes se revela necessário em edifícios muito antigos, degradados ou de fraca qualidade construtiva localizados nas áreas rurais;
- c) O limite de área mínima de parcela de 5000m2 tem como finalidade limitar o

surgimento de novas edificações no solo rural e não de condicionar o melhoramento de edificações existentes.

Trata-se de um lapso relativo à configuração jurídica do regulamento, não sendo objeto da disposição em causa impedir a possibilidade de alteração ou ampliação de edificação existente quando a parcela de terreno respetiva tenha área inferior a 5000m².

O objetivo do n.º 1 do artigo 35.º é impor às ampliações das edificações existentes condicionalismos idênticos aos aplicáveis às novas construções, nomeadamente no que se refere à área máxima de construção, número de pisos, área máxima de impermeabilização, bem como os previstos no n.º 5 do artigo 34.º, de forma a evitar desigualdades na atribuição de capacidade construtiva.

Como já foi referido, na alínea c) da presente informação, a imposição da área mínima da parcela para edificação prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 34.º tem como objetivo impedir a edificação em parcelas de menor dimensão, pelo que a sua aplicação seria absurda no caso de já existir a edificação.

Assim propõe-se a seguinte correção da redação do n.º 1 do artigo 35.º do regulamento:

“1. As edificações existentes no Espaço Agrícola podem ser alteradas ou ampliadas desde que sejam respeitados os limites definidos no artigo anterior, com exceção do que se refere à área mínima da parcela.”

A correção deve ser efetuada ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º-A do DL 380/99 (RJIGT), considerando que o lapso na forma da remissão efetuada no n.º 1 do artigo 35.º do regulamento constitui uma incongruência entre os objetivos daquela norma e a forma como foi efetuada a remissão para o artigo 34.º.

3. Para o efeito, anexam-se as peças desenhadas do Plano Diretor Municipal, objeto de atualização e correções materiais, nomeadamente:

3.1 Procedimento de correção material (Declaração da Câmara Municipal) - 3 exemplares

- a) Cartas 1.1, 1.2 e 1.3 da Planta de Ordenamento
- b) Cartas 2.1a, 2.2a, 2.3a, 2.4a e 2.5a da Planta de Condicionantes – Riscos

3.2 Procedimento de alteração por adaptação (aprovação da Assembleia Municipal) - 3 exemplares

- a) Cartas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 da Planta de Condicionantes
- b) Cartas 2.1a, 2.2a, 2.3a, 2.4a e 2.5a da Planta de Condicionantes – Riscos

2012/02/20

O Técnico



Sara Cidade, Arqta

5. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) À JUNTA DE FREGUESIA DE LAMELAS – BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO CABO: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de dezasseis de janeiro findo, da junta de freguesia de Lamelas, registado com o número quinhentos e vinte e um, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros) para custear as despesas com a execução de trabalhos não inicialmente previstos na obra acima referida, para a qual foi atribuído um subsidio em reunião da câmara municipal de um de setembro último (item 26.C) da respetiva ata).-----

A Divisão de Vias informa (informação II_0210/2012) que a obra está concluída, em condições aceitáveis.-----

Mais informa que o valor total dos trabalhos executados é de 21.932,67 € (vinte e um mil novecentos e trinta e dois euros e sessenta e sete centimos), com IVA incluído, e informa ainda sobre as circunstâncias imprevistas que justificaram a realização de trabalhos a mais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Lamelas um subsídio no montante de 6.227,97 € (seis mil duzentos e vinte e sete euros e noventa e sete centimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a realização da obra em reforço do subsídio anteriormente atribuído.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 793/2012, de vinte e oito do corrente mês de fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



5. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE AREIAS: LIGAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL DE AREIAS À REDE DE SANEAMENTO.-----

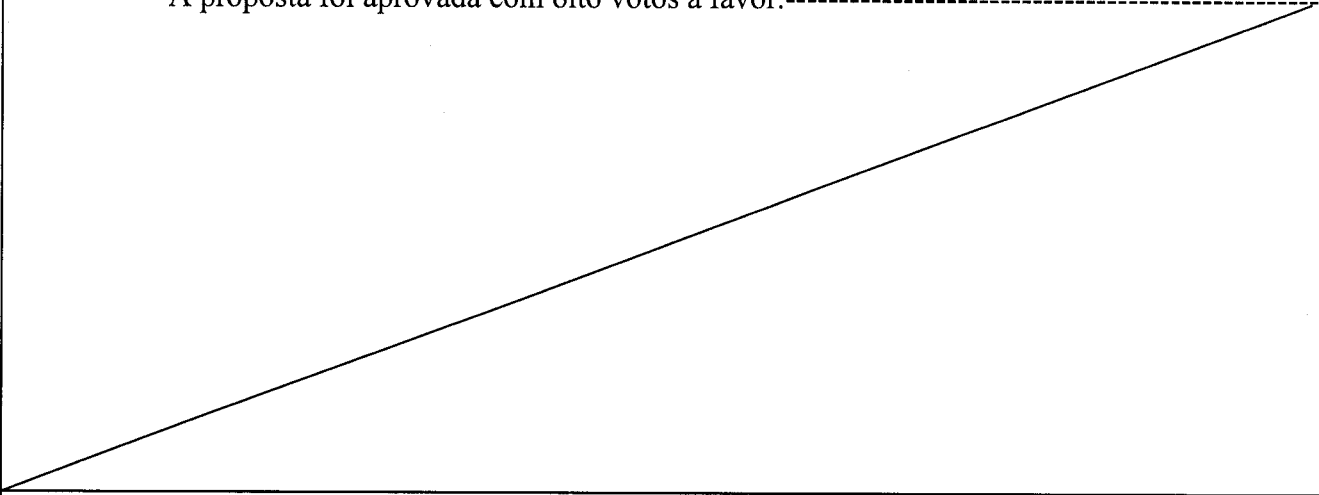
Presente ofício de sete do corrente mês de fevereiro, da junta de freguesia de Areias, registado com o número mil quatrocentos e vinte e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 10.497,45 € (dez mil quatrocentos e noventa e sete euros e quarenta e cinco cêntimos) para custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa (informação II_0247/2012) que os trabalhos consistiram, essencialmente, na ligação do ramal domiciliário de drenagem de águas residuais existente na Avenida do Estádio aos balneários do campo de futebol. Mais informa que a rede construída tem uma extensão aproximada de cento e quarenta metros e que o valor dos trabalhos realizados, que se encontram concluídos, é de 10.497,45 € (dez mil quatrocentos e noventa e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Areias um subsídio no montante de 10.497,45 € (dez mil quatrocentos e noventa e sete euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 731/2012, de vinte e quatro do corrente mês de fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



[Handwritten signature]

5. C) DESFILE DE CARNAVAL/2012: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ENTIDADES PARTICIPANTES-----

Presente informação de vinte e três do corrente mês de fevereiro, do Departamento de Educação, Desporto e Ação Social, registada com o número dois mil cento e um, sobre as entidades que participaram no Desfile de Carnaval organizado pela câmara municipal, que teve lugar no dia dezassete de fevereiro.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

À semelhança dos anos anteriores, a câmara municipal de Santo Tirso organizou um desfile de Carnaval com carros alegóricos, que se realizou no dia dezassete de Fevereiro;-----

Considerando que as instituições participantes necessitam de apoio para fazer face às despesas decorrentes da sua participação naquele evento, nomeadamente com a conceção dos trajés;

Considerando que esta câmara municipal tem todo o interesse em estimular e apoiar estas instituições, sem as quais não seria possível a concretização daquela iniciativa, proponho a atribuição dos seguintes subsídios:-----

- Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos -----200 € (duzentos euros)
- Associação Social de Guimarei-----100 € (cem euros)
- Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova-----150 € (cento e cinquenta euros)
- CASL – Associação Casa Acolhimento Sol Nascente -----100 € (cem euros)
- Centro Ação Social de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz-----100 € (cem euros)
- CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, CIPRL---150 € (cento e cinquenta euros)
- APECIST – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Infantil de Santo Tirso -----
-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Centro de Ocupação de Tempos Livres de Santo Tirso-----100 € (cem euros)
- Centro Social e Paroquial de Água Longa -----100 € (cem euros)
- Província Portuguesa da Companhia de Santa Teresa de Jesus-----400 € (quatrocentos euros)

- Cubo a Cubo – Creche e Jardim de Infância Lda-----100 € (cem euros)
- Associação de Jardins Escolas João de Deus -----100 € (cem euros)
- Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso-----250 € (duzentos e cinquenta euros)
- Lar Familiar da Tranquilidade -----100 € (cem euros)
- Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves -----100 € (cem euros)
- S. Tiago - Associação de Solidariedade Social de Areias-----100 € (cem euros)
- Associação de Pais da Escola EB1, Quintão n.º 1 de Rebordões-----100 € (cem euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária n.º 1 de Sequeirô-----
-----200 € (duzentos euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Cabanas – Monte Córdova-----
-----100 € (cem euros)
- Agrupamento de Escolas de S. Martinho-----100 € (cem euros)
- Associação de Pais da Escola Primária de S. José de Refojos-----100 € (cem euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Parada – Carreira--100 € (cem euros)
- Associação de Pais E.E.D.A. Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Arcozelo – Água Longa-----
-----100 € (cem euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da EB1/JI de Rechã--100 € (cem euros)

Da proposta resulta uma despesa no montante global de 3.200,00 € (três mil e duzentos euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 786/2012, de vinte e oito de fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



5. D) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. ROSENDO, FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL)-----

Presente ofício de nove de dezembro último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número treze mil quinhentos e quarenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Rosendo, que terão lugar nos dias um a quatro do próximo mês de março.-----

Pelo presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) à Comissão de Festas de S. Rosendo, representada por Adão Ferreira dos Santos e Olivia Maria Fernandes Pereira.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento conforme proposta de cabimento número 730/2012, de vinte e quatro do corrente mês de fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





[Handwritten signature]

5. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. MIGUEL DO COUTO – BENEFICIAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA DA CALÇADA.-----

Presente ofício da junta de freguesia de S. Miguel do Couto, de dezassete do corrente mês de fevereiro, registado com o número dois mil duzentos e setenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para efeitos de realização da obra de beneficiação de um troço da rua da Calçada, cujo estudo foi elaborado pelos serviços da câmara municipal, na sequência do ofício da mesma junta de vinte de abril de dois mil e dez, registado com o número quatro mil novecentos e cinquenta e sete.----

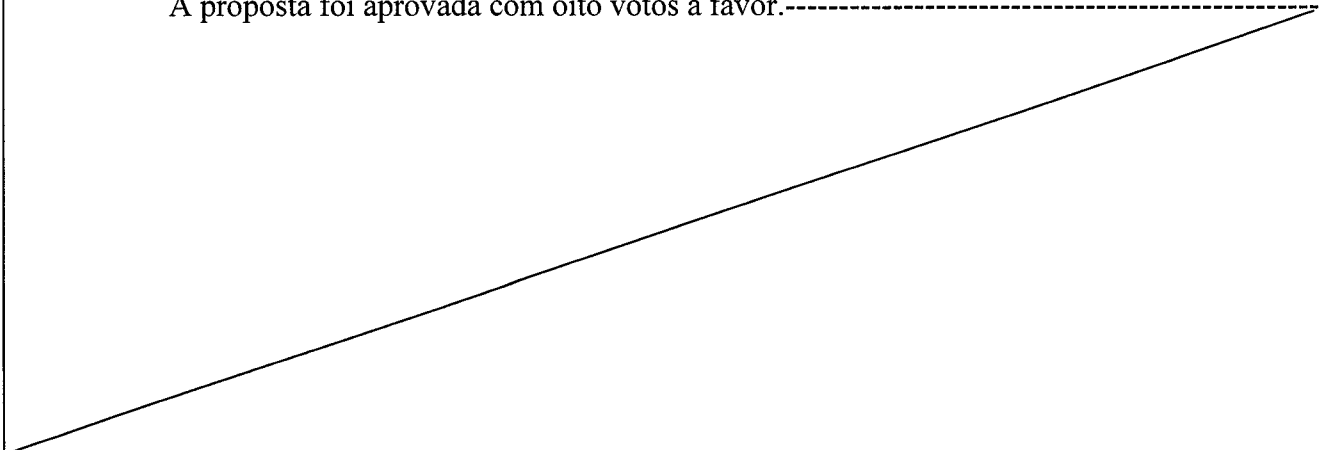
Mais informa que a obra se encontra concluída e que foi adjudicada pelo valor de 8.015,80 € (oito mil e quinze euros e oitenta centimos).-----

A Divisão de Vias elaborou o estudo solicitado (documento registado no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_4009/2010) e informa que a estimativa orçamental da obra a realizar, à data do estudo, era de 8.368,10 € (oito mil trezentos e sessenta e oito euros e dez centimos), mais IVA.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de S. Miguel do Couto um subsídio no montante de 8.496,75 € (oito mil quatrocentos e noventa e seis euros e setenta e cinco centimos), com IVA incluído.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 803/2012, desta data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





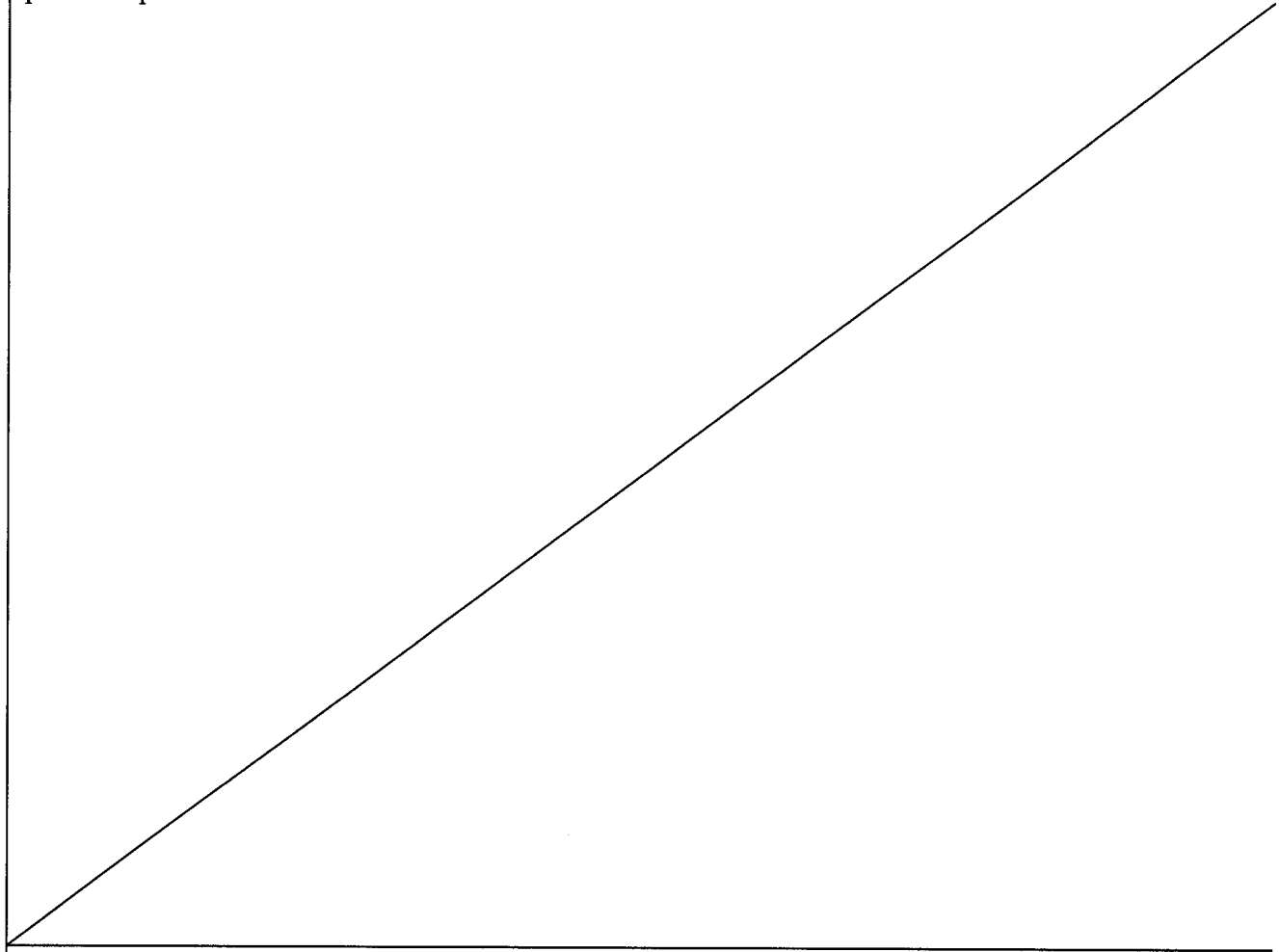
A

Handwritten signature

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o senhor presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

- Empreitada: “Requalificação Urbana da Cidade de Santo Tirso – Praça General Humberto Delgado”: Trabalhos a menos (adicional n.º 2): Ratificação de despacho do presidente da câmara de 08/02/2012 e aprovação da minuta do contrato.-----

A câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o subsequente ponto da presente ata.-----





6. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTO TIRSO – PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO”: TRABALHOS A MENOS (ADICIONAL N.º 2): RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 08/02/2012 E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----

Presente informação do Departamento de Obras Municipais, de vinte e cinco de janeiro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número II_0145/2012 sobre a não execução de trabalhos incluídos no contrato de empreitada acima referida, celebrado em oito de setembro de dois mil e dez, pelas razões constantes da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, trabalhos esses no valor de 119.270,56 € (cento e dezanove mil duzentos e setenta euros e cinquenta e seis cêntimos) e descritos no mapa de trabalhos anexo à mesma informação.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de oito do corrente mês de fevereiro, que aprovou a decisão de supressão dos aludidos trabalhos e submeteu à aprovação da câmara municipal a minuta do respetivo contrato adicional, na redação resultante do deferimento da reclamação apresentada pelo documento registado com o número mil novecentos e oitenta e oito/dois mil e doze, que mereceu informação favorável da diretora do departamento administrativo (informação II_0315/2012, de vinte e oito do corrente mês de fevereiro).-----

Anexou-se à minuta da ata da presente reunião e dela ficou a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, a minuta do respetivo contrato adicional.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido despacho do presidente da câmara municipal de oito do corrente mês de fevereiro e aprovar a minuta do contrato adicional anexa.-----

Antes da votação deste assunto, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“Os senhores vereadores do Partido Social Democrata gostariam de saber para quando se



[Handwritten signature]

prevê o término das obras na Praça General Humberto Delgado”.-----

Pelo presidente da câmara municipal foi informado o seguinte:-----

“- Embora não se tratando do assunto da ordem de trabalhos – o assunto é trabalhos a menos (adicional n.º 2) no montante de 119.270,56 € (cento e dezanove mil duzentos e setenta euros e cinquenta e seis cêntimos);-----

Venho informar o seguinte:-----

- As obras têm prazos contratuais definidos que, caso não sejam cumpridos, serão alvo das sanções previstas na lei e no caderno de encargos. Para isso foram instruídos os serviços técnicos como sempre acontece em todas as obras”.-----

Seguidamente passou-se à votação do ponto em causa (item seis da presente ata), que foi aprovado com oito votos a favor.-----

[Large diagonal line across the page, likely indicating a signature or stamp area.]



A

8

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----

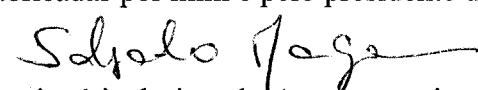



A

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e vinte minutos, sem público presente.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso com exceção das folhas quinze a dezassete, também utilizadas no verso, e catorze documentos anexos, anexo I relativo ao item três e anexo II a XIV relativos ao item quatro, todas rubricadas por mim e pelo presidente da câmara, que eu

 
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 14 / 03 / 2012, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária,